

BANALIDADES DE BASE SOBRE A TERRA DE NINGUÉM

Francisco Melo Ferreira

Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho

Este texto pretende resumir a intervenção no painel “Conhecer o território como vector de desenvolvimento”.

À primeira vista o título do painel parece de tal forma consensual que dificilmente poderá conduzir a uma debate enriquecedor. Com algum esforço, tentarei ultrapassar o consenso deixando algumas pistas para reflexão que possam contribuir para novas perspectivas sobre o tema...

A unanimidade patente no título do painel resulta de uma visão do planeamento ou do ordenamento do território como panaceia universal para os males espaciais da sociedade. Nesta perspectiva, à medida que o conhecimento aumenta, aumentaria também a capacidade de intervenção sobre as forças que actuam sobre o território. Curiosamente esta visão corre paralelamente com a ideia do conhecimento e da educação como remédio equivalente para o desconhecimento e o obscurantismo e como a solução para construir uma sociedade verdadeiramente justa. Qual então o resultado deste conhecimento crescente em termos gerais e em termos espaciais?

Conhecer o território implica saber o que lá existe, como e para que é utilizado, a quem pertence...Curiosamente, segundo o Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, João Ferrão, em declarações recentes ao Jornal Expresso (19 de Setembro de 2009) “não se sabe de quem é um quinto do país”... Considerado como uma causa de mais de uma revolução em Portugal, o conhecimento/desconhecimento sobre a propriedade e o respectivo cadastro é também, por si só, um sector de actividade económica que pode valer 1000 milhões de euros, para além do impacto económico que a sua finalização poderá ter noutros sectores. Segundo Augusto Mateus (Expresso, 19 de Setembro de 2009) “o cadastro é um excelente negócio para o país”. Apesar de limitada, pode também ser esta uma leitura sobre o título deste painel...

Conhecer não é também uma actividade desinteressada. Este conhecimento cadastral interessa especialmente ao Estado, esse representante abstracto do interesse público.

Continuemos a desconstruir os conceitos do título. “Conhecer o território” corresponde a uma visão estática de um território pré-existente, natural, que ali está para ser conhecido. É sobre esse palco que decorrem as actividades e a vida social. Ainda que a possamos considerar uma redução admissível em termos de aprendizagem, ou mesmo que seja frequentemente utilizada em termos de discurso de política autárquica, esta concepção revela-se completamente ultrapassada do ponto de vista teórico.

Notemos alguns exemplos. Num texto de 1991, Rob Shields, recupera a análise que Henri Lefebvre já fazia desde a década de 30 do século XX sobre a construção espacial do espaço. Shields refere da seguinte forma a tentativa de Lefebvre de ultrapassar a visão tradicional do espaço:

«Enquanto o “espaço” pode ser analisado como terra ou território pelos geógrafos, propriedade privada pelos juristas, como ambiente construído pelos arquitectos e assim por diante; em vez disto Lefebvre propõe uma dialéctica do espaço com três componentes. Ele expande esta teoria em três frentes: (1) práticas espaciais, (2) representações discursivas do

espaço, e (3) o espaço abstracto do “imaginário social”.» (Shields, 1991, 52 – tradução do autor).

As *práticas espaciais* envolvem desde as acções individuais do quotidiano até todas as decisões que envolvem escolha de localizações. O ambiente construído e as paisagens em geral resultam da sedimentação destas práticas. As *representações do espaço* são as formas de conhecimento ligadas a relações de produção. São «as teorias abstractas e filosofias como “a ciência do planeamento” citada por Lefebvre» (Shields, 1991, 54 – tradução do autor). Por sua vez, os *espaços de representação* correspondem aos diferentes processos de criação de um imaginário que corresponde a um re-interpretação das práticas espaciais num registo que, muitas vezes não coincide, critica e transgride a interpretação “oficial” e científica das representações do espaço. Para Lefebvre é do jogo destas três dimensões que resulta a produção social do espaço. « O verdadeiro objecto de estudo de Lefebvre é o processo da produção de noções e práticas culturais do espaço (i.e. o processo de espacialização social), não o espaço em si.» (Shields, 1991, 56 – tradução do autor)

Uma outra linha de reflexão pode orientar-nos para as transformações introduzidas pela globalização nos territórios e nos processos de espacialização anteriormente referidos. Num texto de 2004, um dos geógrafos com uma perspectiva mais interessante na actualidade, Ash Amin, propõe uma leitura não territorial de uma política do espaço. Amin (2004) refere que na nova ordem emergente da globalização as configurações espaciais têm um carácter cada vez menos territorial. São cada vez mais diversas quer em termos de processos de constituição de espaços quer em termos de escala.

Amin considera dois aspectos essenciais da nova política do lugar: uma política de gestão e uma política de identidade do território. A primeira preocupa-se com as tomadas de decisão e as dinâmicas económicas a nível local. Na opinião do autor, a organização e as actuais infra-estruturas empresariais são cada vez mais trans-regionais. «A minha argumentação não vai contra a construção de uma voz e de uma representação regional. É antes contra o pressuposto de que existe um território geográfico definido sobre o qual os actores locais podem ter um controle efectivo e podem gerir como um espaço social e político.[...] Não existe nenhum território regional definível sobre o qual se possa exercer o poder» (Amin, 2004, 36 – tradução do autor).

Por outro lado, uma política de identidade do território, baseia-se frequentemente na construção de narrativas sobre a coerência das comunidades regionais. Estas narrativas são o resultado da acção ideológica/imaginária das representações do espaço e dos espaços da representação de Lefebvre. O problema é que as narrativas que descrevem a região como um «espaço de intimidade, história e identidade partilhadas, comunidade de interesses e destinos» (Amin, 2004, 37 – tradução do autor), correspondem cada vez menos à realidade. O resultado da globalização é que o sentimento de lugar corresponde a referências cada vez mais diversificadas e que envolvem diferentes escalas de práticas sociais.

Como se articulam os poderes às escalas nacional e regional é uma questão recorrente em Portugal. Se o local/regional utiliza o discurso da proximidade, do conhecimento dos problemas (do território, das pessoas...), mas também o indispensável sabor a desfavorecimento em relação a um Terreiro do Paço cujo espaço de representação é cada vez mais reservado às gerações que o conheceram com Ministérios...

Numa entrevista recente (Pinto, 2009) o geógrafo Álvaro Domingues refere alguns dos quadros em que debatem estas narrativas. «Não podemos dizer que somos todos uns inocentes e uns santos e que os ladrões estão todos no poder local, isso não é verdade. Por outro lado, há processos que, do ponto de vista político, deslegitimam a continuidade dos solos agrícolas e ecológicos, que é, por exemplo os PIN». Mais adiante, salientando o desencontro de valores entre práticas e representações, refere ainda que «a lei preserva a REN mas o mercado não cauciona o valor dessa reserva».

O mesmo geógrafo, na entrevista que teve como consequência o ser despedido da câmara Municipal de Guimarães, insurge-se contra as banalidades de base que cada vez mais enchem os discursos sobre o espaço: «Já não posso com isto. [...] Só se preocupam com o centro histórico, com a cidade extraordinária. Do outro lado da trincheira está a cidade ordinária, a genérica que não tem marcas e ninguém vê... As pessoas agarram-se ao que acham que conhecem...»

Regressamos assim ao ponto inicial do conhecimento do território. Ou, talvez, aos conhecimentos dos territórios. Talvez o plural nos ajude a compreender a dialéctica de acções. Nos ajude a encontrar a cidade do outro lado...«que não tem marcas e ninguém vê»

Referências bibliográficas

Amin, Ash (2004): " Regions Unbound: Towards a new Politics of Place", *Geografiska annaler series B human geography*. 2004; 86:33-44.

Andrade, Vitor (2009): "Terra de ninguém. Não se sabe de quem é um quinto do país", *Expresso*, 19 de Setembro de 2009, Suplemento Economia, p.16-17.

Pinto, Luísa (2009): "Entrevista a Álvaro Domingues", *Público*, 3 de Outubro de 2009, p. 9.

Shields, Rob (1991): *Places on the Margin: Alternative Geographies of Modernity*. Routledge, London.

Thrift, Nigel & French, Shaun (2005): "The automatic production of space" em *Knowing Capitalism*. Sage Publication. London